

PROGRAMA DE TRABALHO DO CC SUL PARA 2016

O CC Sul continuará o seu trabalho de elaboração de pareceres mediante pedido da Comissão Europeia, dos Estados-Membros e por iniciativa própria. Tal como aquilo que já foi realizado até à data, as atividades do CC Sul serão coordenadas em combinação com a Comissão, os Estados-Membros e outras instâncias, num contexto de colaboração reforçada devido à regionalização. A comunicação com os membros realizar-se-á regularmente através de correio eletrónico, reuniões, conferências por telefone e através da página Internet.

Este programa de trabalho pretende ser uma síntese das grandes prioridades das ações realizadas pelo CC Sul em 2016. O presente documento não pretende ser exaustivo e, de acordo com a atualidade, poderão ser identificadas novas temáticas de trabalho ao longo do ano.

Cabe salientar novamente que este programa de trabalho é proposto quando a criação de novos CC (Regiões Ultraperiféricas, Mercados) é suscetível de modificar a organização do trabalho do CC Sul.

PRIORIDADES

• Prioridade 1: Acompanhamento da Obrigação de Desembarque (OD)

Proposta e/ou para os planos de ação devoluções:

Na sequência dos trabalhos realizados até ao momento, o CC Sul prosseguirá o seu trabalho de recomendação, a fim de contribuir para a implementação da Obrigação de Desembarque (OD) relativamente a determinadas pescarias demersais em 2017. Estes trabalhos deverão traduzir-se em propostas ou contribuições para a recomendação conjunta proposta pelo Grupo de Estados-Membros.

Mecanismos con xos à OD

Alguns mecanismos diretamente associados à Obrigação de Desembarque já foram objeto de discussões no CC e deverão ser objeto de prosseguimento de reflexões. Este ponto abrange: o método de cálculo para o acompanhamento da isenção De Minimis, as modalidades de aplicação de flexibilizações, bem como o procedimento de «quota uplift».























Acompanhamento operacional da OD e elaboração de relatórios

O CC Sul analisará regularmente as condições de execução desta regulamentação e tentará entender de que forma a mesma é implementada de maneira prática no terreno. Além da eventual identificação de problemas, esta vigilância visará poder contribuir para informar a Comissão Europeia, bem como informar os cientistas.

• Prioridade 2: Planos de gestão plurianuais

O trabalho sobre os planos de gestão plurianuais continuará a ser um eixo estruturante do trabalho do CC Sul. Na medida do possível, estes planos devem assentar numa abordagem ecossistémica, participativa e concertada e integrar os aspetos socioeconómicos. Mais uma vez, o CC Sul trabalhará na prefiguração dos planos de gestão a longo prazo para pescarias mistas, nos casos em que tal seja possível, ou em abordagens monoespecíficas.

Abordagem monoespécie

<u>Anchova VIII:</u> O CC Sul congratula-se por constatar que a regra de exploração que propôs é aplicada há 2 anos. Todavia, atendendo aos níveis muito elevados de biomassa observados, existem atualmente algumas dúvidas, que poderão conduzir a um pedido de complemento de informação científica.

<u>Sardinha Ibérica:</u> Assim que a nova avaliação desta unidade populacional for disponibilizada, os membros do CC Sul vão examinar este diagnóstico científico e trabalharão em parceria para melhorar o quadro de gestão, identificando, se possível, novos mecanismos de gestão plurianuais.

<u>Linguado VIIIab</u>: No próximo exercício, os membros do CC Sul deverão avaliar se o novo valor de Fmsy para esta unidade populacional deve dar lugar a uma reatualização das modelizações a curto prazo que apoiaram a regra de exploração atualmente em vigor.

<u>Atum-voador</u>: O CC Sul, embora surpreendido pela vontade manifestada no seio da ICCAT de fazer emergir uma regra de exploração desta unidade populacional, contribuirá para propor opções.























Abordagem multiespécies:

Espécies bentónicas e demersais do Golfo da Biscaia e das Águas Ibéricas:

Os trabalhos ao abrigo desta temática serão duplos. Atendendo ao trabalho regulamentar de tão grande envergadura, o CC Sul analisará com a maior atenção a proposta da Comissão Europeia e a avaliação de impacto que a apoiará. Tal, para emitir todas as recomendações úteis no quadro do trílogo.

Por outro lado, serão feitas reflexões para desenvolver regras de explorações que complementem este instrumento.

* Prioridade 3: Avaliação do regime de Controlo das Pescas

O CC Sul contribuirá para esta avaliação ao emitir um parecer em março de 2016 e reunindose com a equipa de auditores responsáveis pela realização da avaliação deste regulamento. Em função das decisões adotadas pelas Instituições, o CC Sul poderá participar na eventual adaptação deste quadro.

• Prioridade 4: Melharar o conhecimento e a gestão a curto prazo

A Nicação da abordan em ecossistémica

Os membros do CC Sul serão informados sobre a evolução do quadro de elaboração dos pareceres científicos e contribuirão tanto quanto possível para a implementação de uma gestão que tenha em conta as interfaces tróficas entre espécies.

Em função da atualidade, poderá decidir-se acompanhar mais de perto a implementação da «Diretiva-Quadro Estratégia Marinha». O CC Sul continuará igualmente a sua função de ponte supranacional no que diz respeito à implementação de políticas ambientais marinhas, sobretudo efetuada a nível nacional.























Acompanhamento das evoluções do CIEM

Atualmente, registam-se várias evoluções no CIEM, que o CC Sul tentará seguir e acompanhar na medida dos meios disponíveis. Tratar-se-á de acompanhar e analisar as consequências operacionais da identificação de intervalos de valor de mortalidade por pesca que autorizam o MSY, as consequências de eventuais reavaliações do valor do ponto médio Fmsy, bem como os trabalhos relativos às unidades populacionais da categoria 3 e 4 no tocante à gestão no MSY.

Parecer sobre as possibilidades de pesca para 2017

O CC Sul organizará, tal como todos os anos, um debate sobre **documento de Política Geral** publicado pela Comissão Europeia. Os pareceres do CIEM serão transmitidos aos membros, utilizando a versão de difusão criada («popular version») e o CIEM será solicitado para uma apresentação mais pormenorizada dos pareceres para determinadas unidades populacionais.

O CC Sul poderá igualmente emitir um parecer após as propostas da Comissão Europeia no fim do ano, conferindo **prioridade às unidades populacionais relativamente às quais o CC está envolvido** na preparação ou revisão de um plano de gestão.

Por outro lado, este ano o CC Sul poderá ter de assumir uma posição no quadro da fixação das possibilidades de pesca para as unidades populacionais de profundidade.

• Prioridade 5: Apoio a pesca artesanal

<u>Enquadramento da pesca através das redes de deriva</u>: No seguimento do que foi o seu parecer 89, os membros do CC Sul prosseguirão o seu trabalho de vigilância, de análise e de propostas de recomendações relativas a esta técnica de pesca muito importante para vários pescadores no território sob a competência do CC Sul. Os trabalhos do CC Sul serão obviamente adaptados à evolução das negociações entre os colegisladores.

<u>Definição de um quadro comum para a Pesca-Turismo</u> O desenvolvimento da Pesca-Turismo enquanto instrumento de diversificação da pesca artesanal é um assunto extremamente importante para os membros do CC Sul, tema esse frequentemente abordado nos grupos de trabalho da subdivisão insular e pesca tradicional. O principal travão ao desenvolvimento desta atividade parece ser o quadro de segurança. As primeiras trocas de impressões























realizadas em 2014 confirmaram diferenças significativas nos quadros normativos dos diferentes países, até mesmo entre as regiões. Por conseguinte, será levado a cabo um trabalho de levantamento destas diferentes situações, a fim de poder partilhar soluções satisfatórias já implementadas e propor um documento que terá valor de quadro comum para a prática desta atividade.

• Prioridade 6: Consolidar o funcionamento do CC Sul

O CC Sul prosseguirá a sua mutação associada à aplicação da nova PCP.

Na sequência dos problemas enfrentados por ocasião da Assembleia Geral de 2015, este ano deverá proceder-se a uma reformulação dos estatutos.

Convém, além disso, consolidar a nomeação dos membros do Comité Executivo na próxima Assembleia Geral.

























OUTROS TEMAS DE INTERESSE

O CC Sul atenderá à sua missão de órgão consultivo para a Comissão Europeia, **respondendo** às **consultas** lançadas relativas à área de competência e interesse dos seus membros. De igual modo, poderão ser acompanhadas novas iniciativas comunitárias (Quadro para a Recolha de Dados).

Prosseguiremos os trabalhos sobre as medidas de gestão específicas. Em função da atualidade comunitária, o CC Sul poderá ter de trabalhar sobre novas espécies.

De igual modo, dependendo da atualidade e do estado de progresso da criação do CC Mercado, os membros do CC Sul poderão ter de tomar uma posição sobre acordos comerciais, tal como já fizeram no passado.

Em 2016 haverá um reforço das temáticas de trabalho transversais, como a pesca de recreio.

O CC Sul continuará o seu trabalho de seguimento da prefiguração do CC RUP devido, nomeadamente, à atual duplicação de competências para as águas em torno da Macaronésia, inscrita na nova PCP. Os membros insulares do CC Sul poderão ser mantidos informados dos trabalhos de prefiguração através do grupo de trabalho Insular.

Na componente externa, o CC Sul prosseguirá a sua colaboração com as diferentes organizações nacionais, regionais e internacionais, bem como com os institutos científicos. Os membros do CC Sul participarão o máximo possível nas reuniões e nas oficinas de trabalho onde possam dar um contributo.

























DATAS PROVISÓRIAS DAS REUNIÕES DO CC Sul

Reunião	Data	Local	Temas a serem tratados
MIACO (reunião anual CC – CIEM)	13 - 14 de janeiro	Copenhaga	Trabalhos do CIEM, colaboração com o CIEM
Reunião técnica	20 de janeiro	Madrid	Obrigação de desembarque, controlo, possibilidades de pesca, plano de gestão
Seminário Obrigação de Desembarque + Inter-CC	24 de fevereiro	Bruxelas	
Reuniões dos grupos de trabalho (espécies plágicas, pescas tradicionais, VIII+IX, insular)	27,28 de abril	Santiago de Compostela?	Plano de gestão, atualidades comunitárias e apresentação de prioridades de trabalho
Grupo de reflexão obrigação de desembarque (sob reserva)	Meados de maio	Lisboa?	Obrigação de desembarque 2017
Comité Executivo	Fim de maio	Lisboa?	Validação de parecer, preparação da AG
Assembleias Gerais e Comité Executivo	Início de julho	Bordéus?	adoção das contas, programa de trabalho, alteração dos Estatutos, consolidação do Comité Executivo
Grupos <i>ad hoc</i> ??, reunião dos grupos de trabalho «pescas tradicionais» e «subdivisão insular», espécies plágicas, VIII e IX	Setoutubro	Ilhas Canárias?	Prioridades de trabalho
Comité Executivo	Novembro- Dezembro	XX?	Validação de parecer.

















